13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

GARANTIA LEGAL - A EXIGIBILIDADE DA REPARAÇÃO DO VÍCIO OCULTO NO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - EM CONTRAPONTO COM A GARANTIA CONTRATUAL E A GARANTIA ESTENDIDA.

FAGUNDES, Esmael Pereira (autor)

MATTOS, Francisco Soller (orientador)
esmaelpf@hotmail.com

Evento: 13º Mostra de Produção Universitária
Área do conhecimento: Direito

Palavras-chave: consumidor; garantia; vício

1 INTRODUÇÃO

A ascensão social de milhares de brasileiros que emergem economicamente, tendo como reflexo direto o aumento do mercado consumidor, faz pensar que na perspectiva de atuação na defesa dos direitos fundamentais e uma das formas mais eficazes na proteção desses direitos é a militância em defesa dos direitos do consumidor. As dúvidas do consumidor quando seu produto é acometido por algum problema e infelizmente não possui a assistência adequada; a conformidade do consumidor quando um vício, pouco tempo após o final da garantia contratual, se manifesta reduzindo a utilidade do bem ou até mesmo inutilizando a coisa; o entendimento que paira nas relações de consumo de que a responsabilidade do fornecedor, independentemente da espécie e causa do problema, está limitada pelo final da garantia contratual ou então da chamada garantia estendida – prática comercial que se tornou costumeira nos últimos anos - tudo isso já serve de subsidio suficiente para justificar o desenvolvimento de uma discussão sobre estas práticas.

O presente trabalho dispõe sobre as garantias pré-estabelecidas em normas de ordem pública que o consumidor está amparado diante de uma relação de consumo. Contando que o legislador estabeleceu uma ampla proteção ao consumidor com prazos de garantias, sejam eles legais ou contratuais, visando à acautelar o adquirente de produtos com defeitos relacionados a vícios aparentes, ocultos ou até mesmo desgaste natural da coisa, neste contexto, com o intuito de fazer um contraponto entre as garantias presentes do Código de Defesa do Consumidor e a Garantia Estendida, apresentam-se os seguintes questionamentos: Qual é o papel que a venda da chamada garantia estendida exerce nesta relação de consumo? No que consiste essa garantia e quais os motivos que levam o consumidor à aquisição deste serviço? Teria a chamada garantia estendida alguma concorrência com o instituto da garantia legal no que tange a matéria da obrigação de reparação de defeitos por parte do fornecedor na manifestação do vício oculto?

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

José Geraldo Brito Filomeno, em seu Curso de Direito do Consumidor:

“Com efeito, o seu art 4º constitui-se numa verdadeira alma, no sentido de que visa a atender não apenas às necessidades dos consumidores a respeito à sua dignidade – de sua saúde e segurança, proteção de seus interesses econômicos, melhoria de sua qualidade de vida -. Como também à imprescindível harmonia das relações de consumo. FILOMENO,2008.p.15).

Sobre a garantia pelo vício oculto aponta Selmo Denori – em seu código de defesa do consumidor comentado pelos autores do Anteprojeto:

“Se o vício oculto se manifestar no curso do prazo de garantia, durante a fase de preservação, subsequente a aquisição, o consumidor poderá fazer uso de alternativas previstas nos incs. I,II e III do art. 18, com observância dos prazos de caducidade de 30 ou 90 dias. No entanto, se o vício oculto se manifestar, após o término do prazo da garantia contratual, na fase de conservação do produto ou serviço, que corresponde à degradação do consumo, o fornecedor não poderá ser compelido a substituir o produto defeituoso, restituir a quantia paga ou reduzir proporcionalmente o preço, por se tratar de matéria preclusa [...] DENARI,2011.p.244).

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

A pesquisa foi desenvolvida a título exclusivo de análise doutrinária, legal e jurisprudencial, ou seja, pretendeu avaliar o entendimento majoritário sobre o assunto e criar subsídios para, enfim, fazer um contraponto entre a exigibilidade da reparação do vício oculto no Código de Defesa do Consumidor e a garantia contratual / garantia estendida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante de uma aparente simplicidade no entendimento sobre a natureza jurídica do instituto da garantia legal e contratual, restam no mínimo dúvidas quando analisamos o instituto da garantia estendida e suas vantagens nesta relação de consumo. O trabalho tenta expressar sobre a real importância desse instituto em contraponto com a garantia legal e o vício oculto, é razoável avaliar que pode haver algum vício na forma prática empregada para potencializar a comercialização dessa garantia estendida. Sob outra ótica, concluindo que existe uma prática atentatória aos princípios da política de proteção ao consumidor, a garantia estendida, considerando possível abuso ao direito do consumidor é fato típico e pode gerar indenização àqueles que sentirem-se lesados por essa prática

REFERÊNCIAS

Filomeno. José Geraldo Brito. Curso Fundamental de Direito do Consumidor. 2º Edição, São Paulo. Ed Atlas s.a -2008.

Denari. Zelmo Denari. Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. Editora forense. 10º edição. Rio de Janeiro 2011.